



# Carta da Corrente Proletária na Educação/POR (Tese 5) aos delegados

*O XXVII Congresso está diante de graves problemas, que terá de responder:*

**1) Direção da Apeoesp pretende usar o Congresso para ampliar a burocratização. Rejeitar suas mudanças antidemocráticas nos estatutos!**

As mudanças estatutárias que estão sendo propostas pela Tese 1, da maioria que compõe a direção da Apeoesp, têm de ser rechaçadas. Há algum tempo, vêm sendo introduzidas medidas extremamente burocráticas na condução do sindicato, a exemplo das cotas por corrente para ter o direito à intervenção no Conselho Estadual e nas assembleias. Ou seja, o Conselheiro eleito nas regiões está submetido a um critério antidemocrático: recolhem-se os crachás e há uma seleção dos que poderão utilizar a palavra na reunião e nas assembleias. O professor de base dificilmente consegue subir ao carro de som para apresentar ou se opor às propostas aprovadas no Conselho Estadual. O que tem causado muitos protestos do professorado. Se no passado recente o caminhão de som era cercado por seguranças (bata-paus), que impediam os oponentes de conseguir a palavra, agora, a triagem é feita na reunião do Conselho.

Neste Congresso, a burocratização vai muito além. A Tese 1 propõe modificar os estatutos para instituir os congressos, conferências, reuniões, eleições e assembleias virtuais (de modo remoto). Pretende também criar mais um obstáculo para dificultar ao máximo que setores de oposição consigam se eleger para o Conselho Estadual de Representantes, introduzindo a obrigatoriedade de a chapa ter “no mínimo 50% das escolas na área de abrangência das subsedes”. E ainda limitar o direito de proporcionalidade, ou seja, “os cargos de 1º presidente e 2º presidente não serão submetidos à escolha e não serão computados para fins de aplicação da razão de proporcionalidade”. Essas três mudanças estatutárias eliminarão o que resta de democracia na Apeoesp.

A Corrente Proletária é obrigada a colocar em destaque esse ponto, porque é o maior retrocesso político-organizativo depois de ter derrotado a burocracia de Rubens Bernardo, em 1979. É importan-

te lembrar que essa burocracia policialesca de Rubens Bernardo tentou de todas as formas impedir que a oposição pudesse conquistar a Apeoesp. Para isso, usou da mesma arma: mudar os estatutos. Por ironia do destino, foi também na cidade de Piracicaba. Está aí por que esse ponto ganha enorme relevância neste Congresso e está nas mãos desses delegados o rechaço dessas mudanças estatutárias. Um rechaço que, certamente, está acompanhado da aprovação de propostas que permitam dar passos na democracia sindical. Ou seja, eleições verdadeiramente democráticas, assembleias com direito de fala a todos os professores que assim desejarem, direito de intervenção dos conselheiros eleitos, proporcionalidade direta para todas as instâncias do sindicato, fim da política de cortes, instituída pela CUT, para participar nos congressos, enfim, recuperar a Apeoesp, ampliando a democracia operária (sindical).

**2) Independência da Apeoesp diante do governo de frente ampla de Lula e do Parlamento**

Desde a pandemia, a submissão do sindicato à diretriz da conciliação de classes vem dando passos gigantescos. A política burguesa do “isolamento social” (“fique em casa”), implantada por Doria, foi assumida plenamente pela direção do sindicato, enquanto milhares de pessoas eram obrigadas a trabalhar, enfrentavam as demissões e estavam expostas ao contágio nos transportes coletivos. Prevaleceu, assim, o corporativismo, com a exigência de vacinar primeiro a categoria dos professores. O governo aproveitou para impor o ensino a distância, que ganhou a adesão do sindicato, que passou a defendê-lo mesmo após a pandemia e, agora, tenta introduzi-lo nas instâncias de decisão da Apeoesp.

Em função do obscurantismo e da conduta fascizante de Bolsonaro, a direção levou a Apeoesp a se engajar na disputa interburguesa, expressa na campanha “Fora Bolsonaro”, que resultou na eleição de Lula e Alckmin (ex-governador considerado “inimigo da educação”). O discurso do “fascismo contra a democracia” foi o recurso para submeter o sindicato ao governo Lula. Hoje, nenhum passo em favor dos trabalhadores é dado pela Apeoesp e por

outros sindicatos para não dificultar a governabilidade de Lula. Dessa forma, o discurso da democracia contra o fascismo continua sendo a arma para ludibriar os trabalhadores. Isso quando Lula deu as costas aos pedidos das direções sindicais de revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro (trabalhista, previdenciária, terceirização e Novo Ensino Médio) e continuou a impor as reformas antipopulares, como o Marco Temporal, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária.

A submissão da Apeoesp ao governo vai além. O sindicato passou a ser uma extensão da Assembleia Legislativa, do mandato de Maria Izabel. Tudo tem se transformado em projeto da parlamentar. O método da luta direta para defender as reivindicações foi substituído pela farsa parlamentar. Quando a direção não consegue nada, a alternativa é recorrer ao Judiciário. Nesse terreno, como se sabe, o que valem são os “acordos”. Não por acaso, o PT aprovou a exigência de reajuste salarial de 50% de Tarcísio e de seu secretariado; aceitou a indicação de Tarcísio para a presidência da Alesp etc.

Certamente, a direção contará com a maioria dos delegados para manter a subordinação da Apeoesp ao governo de Lula, ocultando seu caráter de classe, ou seja, seu conteúdo de governo burguês. Em relação ao governo do bolsonarista Tarcísio, prevalecerá o discurso eleitoral visando desgastá-lo diante das disputas municipais ano que vem. Ao contrário, a bandeira de “Abaixo o governo ultradireitista de Tarcísio” implica organizar os trabalhadores em geral, para impor o programa de reivindicações com seus próprios métodos de luta. Constituir uma Oposição Revolucionária ao governo de frente ampla de Lula também implica unir a maioria oprimida, ganhar as ruas em defesa de um programa e métodos próprios dos explorados. Esse é o único terreno em favor do professorado e demais trabalhadores.

Cabe ressaltar que a subordinação dos sindicatos à democracia burguesa, à política oligárquica que controla o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, e aos governantes é resultado da política nefasta da estatização e liquidação da democracia sindical. As consequências têm sido graves, porque vêm anestesiando os trabalhadores na sua capacidade de força coletiva. Está aí por que a vanguarda com consciência de classe tem de se posicionar contra a política da direção da Apeoesp.

### 3) Responder à crise mundial do capitalismo, que atinge o Brasil, com os métodos da luta de classes

A situação está marcada pelo avanço da crise econômica, potenciada pela guerra comercial entre os Estados Unidos e China, e pelo avanço da escalada militar da potência norte-americana. A guerra na Ucrânia, que se prolonga por decisão dos Estados Unidos e pela política de Putin de manter-se como potência regional, tem consequências duras para a maioria da população pobre em todo o mundo. A ausência de uma resposta dos trabalhadores resulta em mais barbárie social.

É fundamental que o Congresso aprove uma resolução pelo fim da guerra na Ucrânia, tendo por base a caracterização de que se trata de uma guerra de dominação e não de libertação; a bandeira de uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo; a interrupção da escalada militar, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos em todo o mundo; pela autodeterminação da Ucrânia, bem como uma resposta à guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. O que será possível se solidarizando efetivamente com os levantes e greves dos explorados em todo o mundo, defendendo um programa próprio de reivindicações que inclua a luta pelo fim da guerra e combinando com a luta estratégica do fim do capitalismo e defesa do socialismo.

### 4) Por um programa próprio dos trabalhadores, que una o professorado com a maioria oprimida, em defesa dos empregos, salários, saúde e educação, fim das contrarreformas e das privatizações

O Congresso tem a tarefa de aprovar que as centrais, sindicatos e movimentos organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas por todo o país. Sair do palavreado de que o governo Lula é de “disputa”, que bastam as pressões parlamentares e a participação nos organismos do Estado, para que as reivindicações possam ser “ouvidas”. A única força dos trabalhadores é sua ação coletiva e seus métodos próprios de luta. A convocação de assembleias democráticas permite colocar os trabalhadores em movimento. A defesa de um Dia Nacional de Luta, com os métodos da ação direta, é um passo significativo para recuperar a independência política dos sindicatos e ganhar a confiança da maioria explorada, unindo empregados, desempregados, terceirizados, informais e demais trabalhadores. Trata-se, também, de um Dia Nacional de Luta em defesa do sistema único de ensino, laico, gratuito e voltado à produção social. Portanto, contra o ensino privado e em defesa da educação gratuita em todos os níveis, e pelo rechaço ao ensino a distância.

Como se vê, companheiros delegados, as tarefas são enormes. Precisamos de uma Apeoesp classista e independente. Daí a importância de erguer as bandeiras: “Abaixo a política de conciliação de classes da direção do sindicato”; “Por um sindicato a serviço da luta dos explorados” e “Pela democracia sindical”.

**LANÇAMENTO!**  
**Adquira já com o distribuidor do**  
**Massas por apenas**  
**R\$ 5,00**

**Balanco das eleições na APEOESP (2023)**

—  
A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!  
—

 